



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 26

I Sessão Legislativa

Horta, sexta-feira, 23 de junho de 2017

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Jorge Jorge*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 08 minutos

Após a chamada dos Srs. Deputados, passou-se diretamente para a Agenda da Reunião com a votação por unanimidade da [Proposta de Resolução n.º 3/XI – “1.º Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2017”](#), apresentada pela Mesa da Assembleia.

De seguida, passou-se para o **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 37/XI – “Recomenda ao Governo Regional que proceda à regularização do pagamento do Complemento Açoriano ao Abono de Família para Crianças e Jovens”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Para justificar o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão usou da palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Tendo sido aprovado por unanimidade o ponto anterior, passou-se de imediato para o debate e votação do mesmo - [Projeto de Resolução n.º 37/XI –](#)

“Recomenda ao Governo Regional que proceda à regularização do pagamento do Complemento Açoriano ao Abono de Família para Crianças e Jovens”.

Após a apresentação do diploma pela Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*), usaram da palavra as Sras. Deputadas Mónica Seidi (*PSD*), Graça Silveira (*CDS-PP*), os Srs. Deputados André Bradford (*PS*),

Paulo Estêvão (*PPM*), João Corvelo (*PCP*), bem como o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*) e o Sr. Deputado André Bradford (*PS*).

Posteriormente, passou-se para o Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 38/XI – “Implementação da Portaria n.º 35/2017, de 23 de março que aprovou o processo automático de atribuição da tarifa social de fornecimento de energia elétrica na Região Autónoma dos Açores”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Após a justificação do pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão pelo Sr. Deputado Paulo Mendes (*BE*), o mesmo foi rejeitado por maioria.

Por fim, foi colocada à votação a **proposta de deliberação da Mesa que declara findo o período legislativo de junho**, tendo a mesma sido aprovada por maioria.

Usou da palavra para uma declaração de voto o Sr. Deputado João Corvelo (*PCP*).

Os trabalhos terminaram às 11 horas e 50 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional.

Vamos começar pela chamada, como é habitual.

(Eram 10 horas e 08 minutos)

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Jorge Dionísio Bradford

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Iasalde Fraga Nunes

João Vasco Pereira da Costa

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Manuel Alberto da Silva Pereira

Maria da Graça Oliveira Silva

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa Quinto

Mário José Diniz Tomé

Miguel António Moniz Costa

Mónica Gomes Oliveira Rocha

Renata Correia Botelho

Ricardo Bettencourt Ramalho

Sónia Cristina Franco Nicolau

Susana Goulart Costa

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares Marinho

António Manuel Silva Almeida

António Oldemiro das Neves Pedroso

António Vasco Vieira Neto de Viveiros

Bruno Filipe de Freitas Belo

Carlos Manuel da Silveira Ferreira

Catarina Goulart Chamacame Furtado

César Leandro Costa Toste

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Jorge Alexandre Alves Moniz Jorge

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Maurício Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz Rendeiro

Marco José Freitas da Costa

Maria João Soares Carreiro

Mónica Reis Simões Seidi

Paulo Henrique Parece Batista

Partido Popular (CDS/PP)

Alonso Teixeira Miguel

Artur Manuel Leal de Lima

Catarina de Oliveira **Cabeceiras**
Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

Bloco de Esquerda (BE)

Paulo José Maio Sousa **Mendes**
Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

João Paulo Valadão **Corvelo**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 49 Sras. e Srs. Deputados. Significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão, pode entrar o público.

Concluimos o ponto 9 da nossa Agenda, avançamos para o ponto 10: **Proposta de Resolução n.º 3/XI – “1.º Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2017”**.

O Orçamento foi elaborado pelos serviços, aprovado pelo Conselho Administrativo e também recebeu parecer positivo, quer da mesa da Assembleia, quer da CAPAT.

Pergunto se há alguma inscrição?

(Pausa)

Julgo não haver.

Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A Proposta de Resolução apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos agora para as urgências.

A primeira, e as únicas, são apresentadas pelo BE: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 37/XI – “Recomenda ao Governo Regional que proceda à regularização do pagamento do Complemento Açoriano ao Abono de Família para Crianças e Jovens”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, como pude informar.

Para justificar a urgência tem a palavra a sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se em maio, portanto há um mês atrás, esta Resolução, que recomenda ao Governo que proceda à regularização do pagamento do Complemento Açoriano ao Abono de Família a Crianças e Jovens, e uma vez que essa regularização, apesar de aprovada nesta Casa, não foi feita, penso que não há mais nada a acrescentar, no sentido da urgência, o que era urgente em maio, hoje é ainda mais urgente.

Muito obrigada.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Vamos então votar este pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovada a urgência, vou dar novamente a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares, para agora sim, apresentar a iniciativa.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Realmente eu estou numa situação, e o BE está numa situação, que não é fácil de ultrapassar, porque das duas, uma: ou repete exatamente *ipsis verbis*, aquilo que disse nesta câmara, há um mês atrás e que mereceu a concordância de todos os partidos deste Parlamento, incluindo a concordância do Governo Regional, ou então só pode dizer uma coisa: mais uma vez e o inédito já não é uma palavra, nem um conceito que possa ser usado aqui, o Governo não acolhe, não cumpre as recomendações que são aprovadas nesta Casa. Ontem já tivemos uma experiência dessas e agora voltamos a ter, não uma, mas duas, porque a próxima iniciativa tem exatamente o mesmo objetivo.

Portanto, eu penso, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Membros do Governo, que neste caso concreto, mais do que o BE justificar a sua iniciativa, quem tem que se justificar é o Governo Regional, porque não a cumpriu até agora.

Portanto, nós ficamos à espera dessa explicação.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão então abertas as inscrições.

Sr. Deputado André Bradford, tem a palavra.

Deputado André Bradford (PS): Sra. Presidente, muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Bom, eu julgo que terá havido da parte da Sra. Deputada Zuraida Soares e do BE, um equívoco em relação à interpretação do que se passou aqui no último debate sobre esta matéria.

A não ser assim, este será talvez o momento para esclarecer melhor o que cada um disse no último debate e o que foram as razões do BE apresentadas na altura.

Nós estamos a falar de uma iniciativa que reproduz integralmente uma outra iniciativa de há um mês atrás, apreciada nesta Casa e que tem como texto resolutivo, o mesmo texto resolutivo de há um mês atrás.

Ora, em função do que se passou há um mês atrás na apreciação desta matéria, existe publicada um Resolução exatamente igual a esta.

Portanto custa-nos a perceber ...

Deputada Zuraída Soares (BE): A nós também nos custa a perceber!

O Orador: ... que o objetivo do BE seja publicar uma segunda Resolução sobre o mesmo assunto, com o mesmo texto, sendo que existe uma que nem um mês tem.

Portanto, do nosso ponto de vista há aqui alguma coisa que precisa de ser esclarecida.

Deputada Zuraída Soares (BE): Há, há!

O Orador: O que é certo é que aquilo que a senhora e o BE pretendem que seja agora publicado como Resolução da Assembleia, já existe, já está publicado, tem menos de um mês, portanto o efeito prático disto é zero, segundo aquilo que me parece e que parece à nossa bancada.

Deputada Zuraída Soares (BE): Tem de fazer melhor! Isso é tão, tão falso!

O Orador: Não! É porque já existe uma, com o mesmo teor, com o mesmo texto, está em vigor, foi publicada há pouco tempo, portanto é exatamente igual. Depois há uma outra questão que me parece relevante: é que, segundo aquilo que nós retiramos do debate de há um mês atrás, a questão coloca-se sobre um diferendo de entendimento sobre o método de pagamento e o método de pagamento então apresentado pelo Governo previa dois pagamentos anuais, este

ano, um em fevereiro, outro em agosto. Nós estamos em junho, Sra. Deputada, não estamos em agosto!

Portanto, voltar a apresentar a mesma coisa que se discutiu aqui há menos de um mês, para que se faça um pagamento que só é para fazer em agosto, parece-me que é ... bom, não estou a perceber qual é o objetivo.

Nós não percebemos, portanto se for possível à Sra. Deputada explicar qual é a utilidade prática desta Resolução, nós agradecíamos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Apenas para usar da palavra neste debate, que é, permita-me Sra. Deputada Zuraida Soares, uma proposta que me parece estranha, o facto de estarmos aqui, passado tão pouco tempo, a discutir, outra vez, esta matéria.

Deputada Zuraida Soares (*BE*): É, sim senhor! Estranhíssima!

Há pouco tempo o BE trouxe aqui um Projeto de Resolução exatamente igual àquele que está agora a ser apreciado e que foi trazido outra vez pelo BE.

Na altura, nós tivemos aqui um debate importante sobre esta matéria, sobre a importância da medida, sobre como funciona, sobre a forma como é feito o seu pagamento, enfim, pudemos abordar esta matéria com alguma profundidade. Depois desse debate procedeu-se à votação e foi aprovado por unanimidade, por este Parlamento, uma Resolução proposta pelo BE, exatamente igual àquela que está agora aqui a ser discutida, que dizia: “A Assembleia Legislativa dos Açores, resolve recomendar ao Governo Regional, que proceda à transferência da verba para o Departamento do Governo Regional, com competência de

matéria de Segurança Social, para a regularização do pagamento do complemento açoriano ao abono de família para crianças e jovens.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A gente sabe bem, Sr. Secretário Regional!

O Orador: Esta Resolução foi aprovada, foi publicada, está em vigor e naturalmente que o Governo, como sempre, vai acatar as recomendações que sai deste Parlamento.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Como sempre?!

O Orador: Portanto, Sra. Deputada, eu confesso que não percebo a razão de trazer novamente, passado tão pouco tempo, este assunto aqui.

Pode levar-me a ter algumas desconfianças ...

Deputada Zuraída Soares (BE): Mais do que aquelas que nós temos, Sr. Secretário? É difícil!

O Orador: ... tendo em conta algum conhecimento que tenho da postura e da atividade política do BE, em que possa daqui decorrer, enfim, alguma espécie de má fé, política do BE, em trazer aqui este assunto novamente, mostrando eventualmente que o BE não está preocupado, não é com o pagamento do complemento ao abono de família, está sim preocupado é em atacar o Governo e em atacar o PS, eventualmente porque talvez esteja um pouco desconfortável, com outros acordos partidários que existem hoje no nosso País ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Onde isso já vai!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Cuidadinho com a saia travada!

O Orador: ... e queira aqui mostrar alguma espécie de separação de águas, que da nossa parte é perfeitamente clara, separação de águas, que da nossa parte é perfeitamente clara!

Portanto, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Resolução foi aqui aprovada há relativamente pouco tempo, foi publicada, está em vigor e o Governo, como sempre, cumprirá as suas responsabilidades e no caso em concreto vai

obviamente acatar a recomendação que foi votada por unanimidade nesta Assembleia.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sra. Deputada Mónica Seidi, tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu até percebo que o Governo e a bancada que suporta o Governo queria desvalorizar a iniciativa do BE, mas o que estranho é, é que a situação não está regularizada, ainda é mais estranha que se mantenha o incumprimento e é de má fé. A má fé aqui é que até agora o Governo Regional não pagou. Isso é que é de má fé!

Portanto, é lamentável que ao fim de dois meses a situação continue ainda por resolver, é lamentável e inadmissível que ontem se tenha debatido aqui crescimento económico e criação de emprego na Região e que a palavra para a pobreza tenha sido até agora zero e querer afastar abono de família de pobreza, como o senhor tentou fazer no debate em abril isso é lamentável, inaceitável e esta bancada não aceita.

Portanto, mais uma vez estamos aqui do lado do BE a lutar pelos direitos dos açorianos e das açorianas.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Zuraida Soares, tem agora a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na realidade, a infelicidade das declarações, seja do Sr. Deputado André Bradford, seja do Sr. Secretário Regional, dois tribunos de qualidade reconhecida, só pode querer dizer uma coisa: aflição! Constrangimento! Ai, ai, ai, como é que nós saímos desta? É o que quer dizer essas declarações.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isso é discutível!

A Oradora: Depois, proposta estranha e má fé política.

Sr. Secretário Regional, Sr. Deputado André Bradford, má fé política tem o Governo Regional, quando afirma aos órgãos de comunicação social que não há nenhum atraso, conforme consta, dos nossos órgãos de comunicação social escritos. Não há nenhum atraso no pagamento do complemento do abono de família de crianças e jovens, na nossa Região, quando aquilo que existe é propagar o segundo semestre do ano de 2016 e o primeiro semestre de 2017.

E, Sras. e Srs. Deputados, isto já não é má fé do Governo, é mentira pura e dura, nem sequer é faltar à verdade, é mentir!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não se pode dizer isso!

A Oradora: Mais, perguntem, mas ninguém recebe? Recebe, Sras. e Srs. Deputados!

Os funcionários públicos recebem, e bem, porque é isso que a lei obriga, recebem mensalmente o complemento do abono de família. Não está em falta, felizmente porque é assim que deve ser! Para quem é que está em falta? Para todos os outros. Quanto é que está em falta? Um ano e eu pergunto: com que desfaçatez é que o Sr. Secretário Regional e o Sr. Deputado André Bradford, classifica de má fé política e de estranheza, uma recomendação ao Governo, não só para que cumpra a lei, como para que respeite todas as famílias que estão há um ano à espera daquilo que é no fundo uma miséria, mas é alguma coisa com que eles contam, que é o complemento regional ao abono de família.

Portanto, as afirmações, seja do Sr. Secretário Regional, seja do Sr. Deputado André Bradford, ouvidas pelos açorianos e açorianas, por todas as famílias que há um ano não recebem este complemento, que tirem as suas conclusões.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Não é verdade! E a senhora sabe que não é verdade!

A Oradora: Não! Isto é que é verdade! Isto é que é verdade! Isto é que é verdade, Sr. Secretário Regional! Como aliás o senhor e o partido que suporta o Governo, reconheceu o mês passado! Os senhores reconheceram, reconheceram em maio, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Em abril!

A Oradora: Em abril, peço desculpa!

... está escrito nos diários desta Casa, o Sr. Secretário Regional, Berto Messias, o PS reconheceu que o BE tinha razão, que havia um atraso no pagamento, mas que o Governo iria tratar de pôr as coisas no sítio. Os senhores reconheceram! De abril para cá, nada, nada aconteceu de diferente! Não houve nenhum pagamento! E agora os senhores dizem que é mentira? Mas os senhores estão a desmentir quem? Esta Casa, ou a si próprios?

Já ontem vivemos esta situação de não há palavras, não há palavras para esta situação, tal como ontem, não há palavras possíveis, a não ser o Governo não cumpre as resoluções desta Casa, o Governo diz e desdiz-se a si própria no prazo de dois meses, o Governo não cumpre a lei, o Governo não respeita as famílias mais necessitadas da nossa Região que estão à espera há um ano, repito, há um ano, do complemento regional ao abono de família. Mais, o Governo mente aos açorianos e açorianas quando declara publicamente, que tudo está pago, conforme as notícias que todos nós conhecemos e que não há atraso nenhum.

Apetece dizer: palavras para quê? É o Governo do PS na Região Autónoma dos Açores no seu pior!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já há dois meses atrás, foi discutido nesta Casa este Decreto Legislativo Regional, em que o Governo insiste que faz pagamentos semestrais, quando aquilo que o DLR diz é que o pagamento é mensal e o Sr. Deputado André Bradford insiste em dizer que o Governo já deliberou que ia pagar em fevereiro e em agosto. O Governo tem que cumprir aquilo que está na lei! E aquilo que está na lei diz que os senhores têm que fazer o pagamento mensal.

Como é que querem que os açorianos acreditem na boa fé do Governo, se em 2017 aquilo que foi pago foi o primeiro semestre de 2016 e até agora não foi feita mais transferência nenhuma a quem necessita.

Já na altura o CDS disse que esta atitude do Governo não é inocente, os senhores querem juntar as migalhazinhas para parecer que a esmola é grande!

Então se assim será, alterem o DLR e digam: “o complemento ao abono de família na Região paga-se semestralmente”, mas paga-se semestralmente e atempadamente, que não é o que se tem verificado.

Em fevereiro de 2017, volto a insistir, foi pago o primeiro semestre de 2016.

Este é o Governo que diz que ajuda os açorianos! Este é o Governo que diz que com o Governo socialista deixa de haver pobreza na Região, um Governo que não paga aos mais necessitados.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Volto a usar da palavra e tenho que dizer outra vez o mesmo que disse aqui a última vez que discutimos este assunto muito recentemente.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Trazia a cassete!

O Orador: Nós podemos discutir a pobreza, as vezes que os senhores muito bem entenderem, estamos disponíveis como sempre para discutir todas as questões que têm que ver com a pobreza na Região, o diagnóstico desse problema e as soluções para essa questão. Não há problema absolutamente nenhum, mas exatamente como disse quando discutimos aqui esta matéria da última vez, volto a dizê-lo, discutir o complemento regional ao abono de família, não é discutir pobreza, porque esta medida de apoio é em muitos casos utilizada e aplicada precisamente como complemento ao abono de família nacional, que não é um apoio à pobreza, é até em grande medida, um apoio à chamada classe média, como uma medida para redução à taxa de esforço mensal das famílias e de apoio às famílias que têm agregados familiares.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Como?

O Orador: Portanto, discutir complemento regional ao abono de família, não é discutir pobreza, é uma questão muito, muito diferente, mas volto a dizer, não é isso que está em causa neste debate e nós estamos disponíveis para discutir essas questões, as vezes que os senhores muito bem entenderem.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Já percebemos! Os senhores acham que pobreza é outra coisa!

O Orador: Aquilo que eu disse na minha primeira intervenção reitero, nós tivemos esta discussão aqui há muito pouco tempo, a Resolução foi aprovada por unanimidade, foi publicada, está em vigor e o Governo naturalmente que acatará a recomendação que aqui foi aprovada por unanimidade.

Também discutimos a opção que existe sobre a forma como é feito o pagamento. O Governo tem feito esse pagamento semestralmente, fez um pagamento em fevereiro do primeiro semestre, fará outro pagamento em agosto e nunca o Governo, no caso os serviços da Segurança Social, tiveram uma única queixa sobre a forma como este pagamento é feito, aliás temos até muitos *feedbacks* de utentes que preferem receber este valor semestralmente.

Podemos discutir a alteração legislativa, os partidos políticos aqui representados também podem fazer essa proposta e podemos discutir aqui, sem problema nenhum, essa opção, os impactos dessa opção e os resultados dessa opção.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Era preferível não receber!

O Orador: Não há problema absolutamente nenhum!

Agora, do ponto de formal e das regras que existem neste parlamento, Sra. Deputada Zuraida Soares e BE, não faz qualquer sentido na nossa perspetiva, do ponto de vista formal, que nós tenhamos discutido aqui e os senhores aprovaram por unanimidade uma Resolução, há um mês, exatamente com o mesmo teor daquela que é agora apresentada, quando essa Resolução está em vigor, foi publicada e obviamente que será acatada pelo Governo dos Açores.

Portanto, aquilo que me parece aqui e por isso é que o BE volta a trazer esta matéria, Sra. Deputada Zuraida Soares, tenho que lhe dizer que é muito estranho que o faça novamente, até porque, permita-me dizer-lhe o seguinte, quando a Sra. Deputada apresentou esta Resolução, há um mês, não definiu na recomendação qualquer *timing* para esse cumprimento.

Deputada Zuraida Soares (BE): Só faltava meter 2028!

O Orador: Estou a dizer que o Governo em agosto, pagará o segundo semestre, conforme tem feito nos anos anteriores.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, na nossa perspetiva isto é absolutamente claro, a Resolução foi aprovada, está em vigor e será obviamente acatada.

Portanto, não percebo por que é que o Bloco traz de novo esta proposta a esta Casa.

Muito obrigado.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Porque as pessoas precisam receber o dinheiro! O senhor não percebe!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado André Bradford tem agora a palavra.

Deputado André Bradford (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou começar pelos elogios para poder depois ser um bocadinho menos elogioso, portanto gostava de retribuir a V. Exa. Sra. Deputada Zuraida Soares, o simpático elogio que fez na sua intervenção sobre as nossas capacidades oratórias, ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Reconhecidas e inegáveis!

O Orador: ... em particular sobre as minhas que retribuo na íntegra, e se possível em dobro, a V. Exa. que reconheço uma grande parlamentar e uma grande oradora.

Vamos então à parte que é menos elogiosa, Sra. Deputada.

Eu sou do tempo em que ao BE não lhe faltavam palavras, a senhora esta semana está com muita dificuldade em encontrar palavras, ...

Deputada Zuraida Soares (BE): É verdade!

O Orador: ... está menos combativa do que é habitual, está um bocadinho a desistir a meio em vez de chegar até à meta, o que não é próprio, devo reconhecer, da sua postura parlamentar e da postura do BE.

Portanto, vamos até ao fim, encontremos as palavras para podermos falar e debater o que precisa de ser debatido.

Em relação àquilo que a Sra. Deputada disse. Bom, não me sinto, nem esta bancada se sente, suficientemente esclarecido, Sra. Deputada, porque de facto

continuamos na mesma, com uma Resolução idêntica, igual, já publicada, já aprovada por unanimidade nesta Casa, em vigor, portanto o que a senhora pretende na prática é que se volte a aprovar uma Resolução igual àquela que está em vigor, que foi aprovada há muito pouco tempo nesta Casa, para dizer exatamente a mesma coisa do que aquela que está em vigor diz.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Realmente é lastimável!

O Orador: Portanto, do ponto de vista da consequência do trabalho parlamentar essa sua proposta não é aceitável, Sra. Deputada ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Se o Governo cumprisse!

O Orador: ... não traz qualquer tipo de vantagem, nem tem qualquer tipo de justificação.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não? Já está pago?

O Orador: Quanto à questão do pagamento: felizmente a Sra. Deputada Graça Silveira, fez com que eu acreditasse que tinha assistido ao debate que se passou de facto aqui há dois meses. O debate foi assim, foi como a senhora relatou, não foi nada do que foram as outras intervenções de resumo do debate.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Participei!

O Orador: O que a senhora disse foi que na altura se debatia, e se debateu, a questão do que diz a lei em termos de sistema de pagamento e o que aplica, o que é costume, o que é tradição o Governo aplicar. Foi exatamente isso que se passou no debate!

Deputada Zuraída Soares (BE): A tradição! Agora funciona com tradição?!

O Orador: Portanto a questão que se coloca aqui é de saber se no entendimento de alguns partidos da oposição se o Governo cumpre o sistema de pagamento, a periodicidade de pagamento prevista legalmente, se cumpre ou se não cumpre, se não cumpre por que é que não cumpre e se isso traz algum inconveniente às famílias.

Também foi aqui dito na altura e agora reafirmado pelo Sr. Secretário, que a tradição é essa, o *feedback* das famílias é positivo, que é assim que isso tem sido feito, portanto isso não traz na prática qualquer perturbação ao sistema.

Agora, há aqui uma coisa muito clara: é útil, vantajoso para a Região, eventualmente, conseqüente politicamente teria sido a Sra. Deputada trazer uma alteração ao DLR, uma alteração à periodicidade do sistema de pagamento e aí a Sra. Deputada podia dizer: “Eu não concordo que se faça desta maneira, eu acho que a lei precisa de ser alterada ou eu acho que se deve fazer de outra maneira”. Isso sim seria, um contributo útil para o debate que esta matéria pode eventualmente necessitar, no âmbito da atividade desta Assembleia.

Do nosso ponto de vista isso mereceria um debate mais aprofundado.

Uma Resolução igual àquela que a senhora trouxe há pouco tempo, a dizer exatamente a mesma coisa, para nós não faz sentido e, portanto, por não estarmos esclarecidos, estamos devidamente esclarecidos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou começar por falar na questão do ponto de vista do conteúdo. Do ponto de vista do conteúdo, a Sra. Deputada Zuraida Soares tem razão, quando se queixa do não cumprimento da Resolução, porque por parte do Parlamento dos Açores foi aprovada uma recomendação ao Governo Regional, no sentido de proceder ao pagamento e o Governo não o fez.

A questão que aqui foi agora referenciada pelo Sr. Deputado André Bradford é inaceitável do ponto de vista de dizer: “Bom, se os senhores não concordam com a data, alterem!”. Isso é inaceitável! É um raciocínio inaceitável ...

Deputado André Bradford (PS): Isso é inaceitável?

O Orador: ... porque se o Governo e o PS ...

Oiçam uma coisa! Vamos lá ver uma coisa! Então, em alguma democracia do mundo existe um Governo que faça uma interpretação própria da legislação no sentido que o está escrito que é um mês, para nós, entendemos por tradição, não! Por tradição e porque nós achamos, nós, achamos que as famílias, falamos com algumas famílias, que se deve fazer o pagamento de seis em seis meses e não todos os meses. Mas isto acontece em algum sítio do mundo? Eu acho que não acontece! Se o pagamento está definido, por lei, que é mensal, é mensal! A lei é para cumprir!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): O que é que se passou com o nosso subsídio de natal no nosso país?

O Orador: Se o Governo considera que a legislação não se adequa, quem tem que tomar essa iniciativa é o Governo! É o Governo!

Se o Governo considera: “Não, a legislação está incorreta. Nós consideramos que não traz benefícios às famílias o facto de pagarmos todos os meses”. Se o Governo considera isso e considera isso há tanto tempo, é o Governo que deve tomar essa iniciativa, evidentemente, porque é o Governo que diz que não ...

Agora, dizer à administração ... Eu vou pedir cópias, vou enviar um requerimento a pedir cópias das vossas instruções por escrito, para que a administração regional não cumpra os prazos legais. Eu quero ver cópias dessa documentação, quem é que as assina, quem é que assume a responsabilidade e quem é que diz à administração, está aí na lei que pagam todos os meses, mas nós consideramos que a lei não se deve cumprir. Eu quero cópias e quero ver quem é que é o responsável por essa situação. Essa é que é uma situação inadmissível.

Portanto, aqui do ponto de vista do conteúdo esta situação não pode permanecer, não pode permanecer!

E como vos disse, meto ainda hoje um requerimento, eu quero ver as instruções por escrito do Governo para a Administração Regional, para não se cumprir o prazo que está estabelecido na lei. Isso não pode ser!

Se o Governo acha que aquele prazo não se adequa, e até posso concordar com essa matéria, então proceda a uma alteração legislativa, porque esse é o vosso reconhecimento. São os senhores que estão a dizer, são os senhores que têm esse conteúdo definido.

Segunda questão: a segunda questão é completamente diferente, que é a questão da forma. Eu acho que nesta matéria o que se justificava aqui era um voto de protesto...

Deputada Zuraida Soares (BE): Não há tempo para votos de protesto!

O Orador: ... era um voto de protesto porque o Governo não cumpre a recomendação.

Agora, de facto repetir a mesma recomendação eu acho que repetir a mesma recomendação quando o Governo está aqui claramente, eu tenho aqui a publicação em Diário da República, está aqui. A recomendação já foi feita, voltar a repetir a mesma recomendação, também é uma prática parlamentar que eu não vi em mais nenhum sítio, não se justifica a forma da iniciativa tendo razão no conteúdo, a forma, repetir a recomendação, repetir a publicação da mesma iniciativa, da mesma recomendação, ...

Deputado André Bradford (PS): Nem sequer faz referencia à outra!

O Orador: ... alguém que estudasse o Parlamento dos Açores e a forma como as coisas decorrem, chegava ao ridículo do Parlamento aprovar a mesma coisa, várias vezes, ao fim de dois meses ou três meses. Não faz sentido absolutamente nenhum!

Deputado André Bradford (PS): Tem toda a razão!

O Orador: Portanto, em relação à forma eu não concordo, em relação ao conteúdo tem inteira razão a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Mónica Seidi, tem agora a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Berto Messias, permita-me que leia o Capítulo II da Estratégia Nacional para Erradicação da Pobreza: “As alterações introduzidas nas transferências sociais, em particular no abono de família, foram determinantes no aumento da pobreza e simultaneamente no agravamento das condições de vida das famílias e dos mais pobres”.

Deputado José San-Bento (PS): Diga isso ao Passos Coelho!

A Oradora: Não! Não! Não foi do Passos Coelhos, foi anterior do Passos Coelho, foi o Sr. Eng.º Sócrates do seu Governo! Portanto não venha pôr aqui o Passos Coelho ...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Diálogo entre os Deputados das bancadas do PS e do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

A Oradora: ... quando isto é de 2009. 2009! E nessa altura 13 000 açorianos perderam o abono de família! De quem é que foi a culpa? Do Sr. Eng.º José Sócrates, portanto não meta aqui o Pedro Passos Coelho.

Mais, no discurso de encerramento da campanha, o Dr. Vasco Cordeiro, e passo a citar: “No seu discurso de encerramento de Congresso, Vasco Cordeiro assumiu ainda o compromisso de reforçar o complemento regional de pensão, ao apoio à aquisição de medicamentos para idosos, mantendo e reforçando o Complemento Açoriano de Abono de Família ou os descontos em creche, jardins de infância e amas e concretizar ainda uma estratégia regional de combate à pobreza e à exclusão social”.

Portanto, por muito que queira tentar passar mensagem que uma coisa não tem nada a ver com a outra, infelizmente tem e nesta Casa nós vamos defender aqueles que mais precisam. É isto que esta bancada está aqui para fazer, portanto que fique bem clara essa situação.

Relativamente ao Sr. Deputado André Bradford, quem eu acho que não teve no debate foi o senhor e passo a citar o Diário da Sessão, na página 25, o Diário da Sessão do dia 21 de abril do presente ano, foi dito por mim, só para lembrar que o que diz então é que o art.º 4.º para que toda a gente possa ficar esclarecida, o art.º 4.º do DLR diz: “O complemento açoriano é abonado em 12 mensalidades, por altura do pagamento do abono de família de crianças e jovens”.

Parece-me bem claro que todos nós estivemos nesse debate, mas eu também disse que o Grupo Parlamentar do PSD, não se impõe que seja pago semestralmente, o que nós queremos é que isso seja efetivado e que seja pago e neste momento o Governo está em incumprimento e é isso que está aqui a ser debatido.

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado André Bradford, permita-me que lhe responda à sua inquietação, à sua preocupação pela minha falta de palavras e pela minha forma menos combativa e deixe-me dizer-lhe o seguinte: ficar sem palavras, é ficar perplexa,

perplexa face à desfaçatez, ao descaramento, à impunidade e à ilegalidade com que o Governo Regional e o partido maioritário se apresenta neste debate. É de ficar sem palavras, Sr. Deputado! É de ficar sem palavras!

Sr. Secretário Regional, o Governo tem pago semestralmente. Pergunta direta que faço ao Sr. Secretário:

Primeiro, não tem pago semestralmente porque há um ano que não paga e um ano são dois semestres, portanto há dois semestres que não paga! Há dois semestres que não paga!

Portanto o Governo não tem pago semestralmente.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Em fevereiro foi pago! Como pode dizer que não foi feito se em fevereiro foi pago!

A Oradora: Mas a pergunta é ... O senhor quer ouvir ou não quer ouvir, a pergunta que eu tenho para lhe fazer?

Oiça a pergunta! Oiça a pergunta! Foi feito em fevereiro o primeiro semestre de 2016. Fale a verdade, Sr. secretário! Foi pago em fevereiro o primeiro semestre de 2016! Diga a verdade! Não se esconda por detrás da semântica e das palavras, da retórica! Diga a verdade!

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Fevereiro do ano passado!

A Oradora: Mais, o Governo paga semestralmente a uns e paga mensalmente a outros.

Pergunta para o Sr. Secretário Regional: porquê? Qual é o critério? Por que é que o Governo paga a uns mensalmente e a outros de seis em seis meses, com um ano de atraso, sabendo que exatamente aqueles para quem tem um ano de atraso, são aqueles que mais necessitam, não é a classe média. A classe média, felizmente e legalmente os senhores pagam mensalmente.

Agora, os pobres, os mais pobres esperam um ano pelo abono de família.

Mais perguntas: o efeito prático desta Resolução e desta urgência, é zero, diz o Sr. Secretário Regional. Não, não é! O efeito prático desta Resolução é a prova concreta de que o Governo mente! De que o Governo tem critérios que são desconhecidos desta Casa e de que o Governo não cumpre a lei.

Depois, a tradição, diz o Sr. Secretário Regional, é paga sim porque é tradição.

Oh Sr. Secretário Regional, o Governo ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Tradição?

A Oradora: Tradição! Tradição! É a tradição! É a mesma coisa.

Deputado André Bradford (PS): A mesma coisa é outra coisa!

A Oradora: Eu pensei que o Sr. Deputado André Bradford estava a justificar o Governo. Está ou não está a justificar o Governo?

(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)

A Oradora: Sra. Presidente, não dá!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

A Oradora: Se o Sr. Deputado faz questão que eu fale para si, oh Sr. Deputado, eu falo e então digo-lhe assim: quando o Sr. Deputado André Bradford diz que se paga assim porque é a tradição, eu tenho que lhe dizer uma coisa, mas não é a lei, portanto o Governo Regional não está autorizado a fazer o que muito bem quer, porque é tradição, à revelia daquilo que a lei aprovada nesta Casa lhe impõe. Portanto, há um equívoco, Sr. Deputado André Bradford, nós não estamos a falar de tradição, estamos a falar de lei.

Mais, disse o Sr. Secretário Regional que o complemento ao abono de família não tinha nada a ver com pobreza.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Não disse isso, mas já respondo! A sua forma de colocar as palavras ...!

A Oradora: Falar de pobreza é um debate que nós poderemos fazer, agora falar do complemento ao abono de família e à falta dele durante um ano, não é falar de pobreza.

Mas, Sr. Secretário Regional, Sras. e Srs. Deputados, Decreto Legislativo Regional, não é de Passos Coelho, Decreto Legislativo Regional n.º 25/2008/A, de 24 de julho e diz assim no terceiro parágrafo: “No seguimento de políticas sociais destinadas às famílias, importa introduzir medidas que permitam assegurar a compensação de encargos familiares acrescidos com o aumento do número de elementos do agregado familiar, bem como com outras penalizações da despesa das famílias, como por exemplo, os aumentos recentes das taxas de juro bancárias e do preço dos bens alimentares.

Por isso com o presente diploma ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Foi exatamente isso que eu disse na minha primeira intervenção!

A Oradora: Por isso com o presente diploma pretende-se reforçar as prestações familiares na Região, criando um complemento açoriano ao abono de família”.

Isto não é pobreza, Sr. Secretário?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Foi exatamente isso que eu disse na minha primeira intervenção! Devido à taxa de esforço das famílias com crianças e jovens!

A Oradora: Oh Sr. Secretário Regional, aquilo que justifica a existência do complemento ao abono de família não é pobreza? Não é a pobreza? Como é que

o senhor pode dizer que falar do complemento ao abono de família não tem nada a ver com pobreza.

Oh, Sr. Secretário Regional, é de manhã e às vezes de manhã nós temos mais dificuldade, ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Comigo é o contrário!

A Oradora: ... mas eu estou perplexa com a sua falta de argumentos.

Depois, volto aqui para o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Esta não é a melhor figura e segundo o Sr. Deputado, legitimamente, acha que deve ser um voto de protesto.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Podia ser!

A Oradora: Oh, Sr. Deputado Paulo Estêvão, se fosse um voto de protesto o BE demoraria mais a lê-lo do que o Governo a cumprir aquilo a que a lei obriga, que é pagar o complemento ao abono de família, porque nós já entregámos nesta Casa, três vezes o mesmo voto e nunca conseguimos lê-lo, porque regimentalmente não chega lá, quem está preocupado com as famílias, com as pessoas, com a pobreza e com a falta de apoios às famílias, não apresenta votos de protesto porque eles são inúteis, apresenta um Projeto de Resolução, a recomendar ao Governo que cumpra a lei.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Mais, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No próximo Plenário de julho, se até lá o Governo não regularizar a dívida de um ano que tem no pagamento do abono de família, a algumas das famílias da Região, o BE voltará a entregar nesta Casa o mesmo Projeto de Resolução, exatamente com a mesma recomendação, alterando a lei da entrega.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: Em primeiro lugar, referir-me à questão dos conceitos e daquilo que é pobreza e do debate à volta da pobreza.

Bom, aquilo que a Sra. Deputada Zuraida Soares acaba de referir, lendo o preâmbulo do diploma, confirma precisamente aquilo que eu disse, a importância que tem este tipo de apoio também para a classe média, um apoio que como sabe está escalonado, que é maior para os agregados familiares, ditos mais pobres e depois veio reduzindo para os agregados familiares que têm maiores rendimentos.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Não é ditos, são mais pobres!

O Orador: Mas, já percebi que há aqui diferenças de conceito sobre o papel que deve ter o abono de família e o complemento ao abono de família, mas volto a dizer, estamos perfeitamente disponíveis para discutir a pobreza de forma mais alargada e de forma mais abrangente.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Não há outro papel!

O Orador: Na nossa perspetiva o complemento açoriano ao abono de família tem um papel importante no apoio à classe média açoriana e também naturalmente às classes mais pobres.

Dizer, outra vez, o seguinte: a Resolução que foi aqui discutida com o mesmo teor, foi publicada a 18 de maio, foi publicada a 18 de maio, está publicada, foi aprovada por unanimidade e, portanto, será obviamente acatada pelo Governo.

Sobre a forma de pagamento, se é semestral, se é mensal, sobre a forma como é interpretado o artigo que consta no DLR, poderemos também fazer essa discussão.

Da parte do Governo entendemos que esta é uma interpretação correta.

Veja-se o que aconteceu, por exemplo, com aquilo que se passou no nosso País, nos últimos anos, relativamente ao subsídio de natal, quando alguns serviços optaram por pagamento em duodécimos, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Não se meta por aí!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Estava previsto na lei!

O Orador: ... outros optaram por pagamento na íntegra.

Enfim, essa é também uma matéria que pode ser abordada da mesma forma e até podemos discutir a interpretação do artigo do DLR que diz que tem que ser garantidas doze mensalidades e o Governo opta por pagar semestralmente.

E sobre isto dizer também, que não é verdade que não recebam há um ano. O Governo fez um pagamento em fevereiro e fará outro pagamento em agosto, ...

Deputada Zuraída Soares (BE): Em fevereiro relativo ao 1.º semestre de 2016!

O Orador: ... portanto não é verdade que possa afirmar que as famílias não recebem complemento ao abono de família há um ano. Não é verdade, Sra. Deputada Zuraída Soares! Não é verdade que se diga que as famílias não recebem complemento ao abono de família nos Açores há um ano! Isso não é verdade e os beneficiários e quem recebe esse abono sabe que aquilo que a Sra. Deputada Zuraída Soares e o BE têm afirmado, não é verdade.

E, também não posso deixar de dizer o seguinte: Sra. Deputada Mónica Seidi, a Sra. Deputada foi eleita legitimamente nas eleições de 2016 ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Não se enerve!

O Orador: Eu não estou nada enervado, aliás é muito raro ...

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

O Orador: Srs. Deputados e Sra. Deputada Zuraida Soares, eu de manhã costumo estar com grande energia, serenidade e raramente me verão enervado, Srs. Deputados, por muito que tentem raramente me verão enervados.

Sra. Deputada Mónica Seidi, há história na vida e também há história na política.

A Sra. Deputada veio com um discurso, enfim, de defesa e de proteção dos mais desfavorecidos, mas sabe que nestas questões não basta falar, é preciso fazer e não deixa de ser curioso e até esdrúxulo, permita-me a expressão, que uma Deputada do PSD, eleita nas listas do PSD, vinculada obviamente pelo programa eleitoral do PSD, venha agora com o discurso de apoio aos mais desfavorecidos, o mesmo partido que entre 2011 e 2015, foi responsável...

Deputado Paulo Parece (PSD): De quê?

... pelos maiores cortes de que há memória no nosso País nos apoios sociais em Portugal e também nos Açores!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: É preciso ter lata, sra. Deputada Mónica Seidi.

Portanto, não é pelo facto de a Sra. Deputada ter sido eleita nas listas em 2016, que pode achar que o mundo começou em 2016, é preciso ter história e consciência daquilo que se tem passado no nosso país.

Deputado Luís Maurício (PSD): E começou antes de 2011!

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

O Orador: Os senhores são responsáveis pela maior campanha de cortes de apoios sociais em Portugal de que há memória na democracia portuguesa e vêm com o discurso de apoiar os mais desfavorecidos!

Sra. Deputada Mónica Seidi, é importante que se perceba a história, no caso até a história recente, os impactos que isso teve também na nossa Região e o esforço que o Governo dos Açores do PS teve que fazer para minimizar esses cortes que o seu partido fez no nosso País e também na nossa Região.

(Aparte inaudível)

O Orador: Eu estou muito calmo! Eu estou muito calmo!

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado André Bradford.

Deputado André Bradford (PS): Obrigado Sr. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Em relação àquilo que nós avançamos como dúvidas, vai ser impossível sairmos daqui. A Sra. Deputada já tentou esclarecer, nós continuamos sem perceber a utilidade deste tipo de proposta e, portanto, mantemos a posição que tínhamos.

Mas há aqui uma outra questão que, entretanto, surgiu com a intervenção da Sra. Deputada Mónica Seidi, que do nosso ponto de vista precisa de ser melhor esclarecida.

Sra. Deputada, numa referência que aliás é muito recorrente na bancada do PSD Açores, quando se fala de Passos Coelho, toca-se logo no botão do Eng.º Sócrates, pensam que nós ficamos muito incomodados ...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Na política há um passado!

(Apartes dos Deputados das bancadas do PS e do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

O Orador: Bom, como se percebeu agora pelo exemplo vertente, esta matéria suscita muita animosidade na bancada do PSD. Quando se fala em Passos Coelho, surge logo a questão Eng.º Sócrates.

Pois vamos falar de um e de outro em relação ao abono de família.

Nós, como já foi aqui explicitado até pelo Sr. Secretário, não consideramos o abono de família uma medida especificamente dirigida à questão da pobreza, é um apoio que é generalizado e que tem até uma incidência muito particular na classe média.

Mas, o que é que fez o Governo do Eng.º Sócrates em relação ao abono de família?

Bom, fez um escalonamento por categorias.

Quem é que perdeu o abono de família, com o Governo do Eng.º Sócrates? Quem tinha mais meios financeiros. As famílias com mais rendimento. Quem saiu e perdeu o acesso ao abono de família foram precisamente os mais ricos, Sra. Deputada Mónica Seidi.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Aqueles que foram repostos agora!

O Orador: Portanto, o que aconteceu no tempo do Eng.º Sócrates é que menos puderam beneficiar do abono de família, mas quem ficou a beneficiar foram aqueles que mais precisavam do apoio relativo ao abono de família.

Portanto, para a Sra. Deputada que se diz preocupada com o instrumento do abono de família como medida de apoio à pobreza, essa alteração introduzida pelo Governo de então, devia ser bem acolhida, porque foi uma alteração que permitiu que aqueles que recebessem, fossem aqueles que mais necessitavam.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isto só visto!

O Orador: Mas então o que é que fez depois passos Coelho em relação à medida abono de família?

Olhe, não vou ser eu a dizer, vai ser o Presidente da Cáritas nacional a dizer: “cinquenta e seis mil crianças perderam abono de família num ano”, diz o Sr. Presidente da Cáritas.

Sabe em que ano é que isso foi?

Deputado Bruno Belo (PSD): E o senhor continuava a votar no Eng.º Sócrates?

O Orador: Foi no relatório de 2015, relativo ao ano de 2014.

Sabe quem era o Governo da República nessa altura? Era o Governo da República de Passos Coelho. Cinquenta e seis mil crianças!

Não tenho mais nada a dizer.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Mónica Seidi tem a palavra.

(*) Deputada Mónica Seidi (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, Sr. Secretário, se o senhor hoje não se enervou então eu não o quero ver enervado, porque realmente o seu tom de voz não engana nada, que o senhor não estava nada confortável, mas estamos aqui para debater e vamos continuar.

Relativamente àquilo que disse e aproveito também para responder – não responder, mas para lembrar o Sr. Deputado André Bradford – realmente eu tenho aqui uma notícia que está disponível, que foi disponibilizada na altura em qualquer órgão de comunicação social e que de facto nos diz que o abono de família – esta notícia é de 2010 – deixou de abranger mais de 13 600 crianças.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nos Açores!

A Oradora: Dos Açores! Dos Açores!

Mas ainda tem mais esta notícia.

O então Diretor Regional da Segurança Social, Dr. Nélio Lourenço, apontava e diz ainda que o corte ainda foi maior do que o que estavam à espera, portanto estavam apenas a pensar que este corte atingiria 8 500 crianças, mas não, foram 13 600 crianças que perderam esta prestação social.

Portanto, eu não percebo o que é que os senhores estão aqui a tentar passar, qual é a mensagem que estão a tentar passar, mas o que é certo, e isto é que tem que ir para casa, é que os senhores estão em incumprimento, os que mais precisam não estar a receber atempadamente e isso os senhores não conseguem dar a volta. Isso não conseguem dar a volta!

Gostava de fazer só mais uma pergunta ao Sr. Secretário: efetivamente quantos beneficiários têm esta prestação social em atraso?

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário regional, vamos à verdade.

Em fevereiro de 2017 o Governo Regional pagou a algumas famílias da nossa Região, janeiro, fevereiro, março, abril, maio e junho de 2016, repito, em fevereiro de 2017 o Governo Regional pagou a algumas famílias os meses de janeiro, fevereiro, março, abril, maio e junho de 2016.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Olhemos para o calendário, julho de 2016, agosto de 2016, setembro de 2016, outubro de 2016, novembro de 2016, dezembro de 2016, janeiro de 2017, fevereiro de 2017, março de 2017, abril de 2017, maio de 2017, junho de 2017, são doze meses sem pagar! É um ano! Doze meses, é um ano, Sr. Secretário Regional!

Portanto, o Governo Regional não paga a algumas famílias desta Região, tem em falta um ano de pagamento. Esta é só uma constatação. É a tal verdade!

Depois, eu fiz-lhe uma pergunta Sr. Secretário Regional, logo no princípio, o senhor ainda não me respondeu, eu vou repeti-la.

Por que é que o Governo Regional cumpre a lei com os funcionários públicos e não a cumpre com as outras famílias?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é que tem de explicar!

A Oradora: Por que é que o Governo Regional paga, e bem, mensalmente, o abono de família aos funcionários públicos e por que é que o Governo Regional não paga da mesma maneira a todos os outros trabalhadores e a todas as outras famílias?

Finalmente a pergunta que se impõe: quando é que o Governo Regional vai pagar o ano que tem em atraso do complemento ao abono de família, a algumas famílias não por acaso as mais necessitadas desta Região?

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, tem a palavra.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Em relação ao abono nós estamos e estaremos do lado das famílias que têm direito e que têm essas necessidades.

O Governo já nos habituou a não cumprir aquilo que é aprovado nesta Casa.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Não é verdade, Sr. Deputado! não insista!

O Orador: Nós vamos votar a favor e vamos estar ao lado dos açorianos, como sempre assim foi.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver mais inscrições.

Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares** (*BE*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu fiz-lhe uma pergunta três vezes, Sr. Secretário Regional e vou repetir: por que é que o Governo Regional paga o complemento ao abono de família aos funcionários públicos, mensalmente, cumprindo o estipulado na lei e por que é que escolhe outras famílias a quem paga semestralmente?

Qual é o critério dessa escolha e porquê?

É a terceira vez que lhe faço a pergunta.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo dos Açores quando paga o complemento ao abono de família paga a todos.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não paga!

O Orador: Portanto, eu não sei de que é que decorre essa sua análise.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É melhor mandar mais um SMS!

O Orador: O Governo dos Açores quando paga o complemento açoriano ao abono de família, paga a todos, exatamente da mesma forma.

Portanto, eu não sei por que é que faz essa análise.

O Governo dos Açores quando paga o complemento açoriano ao abono de família paga a todos sem qualquer distinção.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, não está a dizer a verdade!

O Governo Regional paga aos funcionários públicos o complemento ao abono de família mensalmente, e faz bem em fazê-lo, cumpre a lei.

A todas as outras famílias o Governo Regional paga semestralmente!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isto é gravíssimo! Isto é muito grave!

A Oradora: Portanto, a pergunta volta a ser muita clara.

Qual é o critério do Governo para pagar mensalmente a uns e semestralmente a outros?

(Aparte inaudível)

A Oradora: Não! Não! Não, Sr. Secretário Regional!

A pergunta é esta: por que é que o Governo Regional paga, e bem, mensalmente a uns, e paga, e mal, semestralmente aos outros?

Deputado Paulo Parece (PSD): Ou não paga!

A Oradora: Qual é o critério da escolha e onde é que esses critérios estão legitimados na legislação em vigor?

Esta é a pergunta.

E Sr. Secretário Regional, aquilo que eu estou a afirmar decorre da realidade! Não é pago a todos! A uns é pago mensalmente nos recibos dos vencimentos!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Nós quando pagamos o complemento ao abono de família pagamos a todos! Em que se baseia para dizer isso?

A Oradora: Oh Sr. Secretário Regional, é tão simples como isto, é a realidade que o prova.

Ligue para um funcionário público do seu telefone, peça ao seu *staff* que ligue para um funcionário público desta Região e pergunte-lhe: os senhores têm o complemento do abono de família em falta? Todos lhe dirão: Não temos! Todos lhe responderão: Não temos! Não têm! Os funcionários públicos têm, e bem, o complemento ao abono de família em dia!

Mas agora ligue a todas as outras famílias que não são funcionários públicos e sabe o que é que lhe vão dizer?

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

A Oradora: Sabe o que é que lhe vão dizer, Sr. Secretário Regional? Há um ano que está em falta!

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Isto é gravíssimo!

(Apartes inaudível)

A Oradora: Vão! Vão, Sr. Secretário Regional!

E é lamentável, deixe-me dizer-lhe isto com toda a frontalidade, o senhor sabe disto tão bem, quanto o BE e quanto outros Deputados e Deputadas desta Casa, o senhor sabe que aquilo que eu estou a dizer é verdade! Os açorianos e açorianas que me estão a ouvir sabem que é verdade! Os funcionários públicos desta Região sabem que recebem mensalmente o complemento do abono de família, e ainda bem porque é assim que deve ser, mas há muitos outros que sabem que há um ano em falta no seu pagamento! O senhor não tem forma como negar isto! O senhor não tem forma como negar isto!

Eu só lhe peço uma explicação: por que é que uns recebem mensalmente e os outros recebem semestralmente, com um ano, neste momento de atraso, porque foi pago até junho, conforme eu ainda agora mostrei através dos dedinhos, o que foi pago em fevereiro de 2017, foi o primeiro semestre de 2016 e isso também Sr. Secretário Regional, não tem forma de negar, é evidência.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Mónica Seidi tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, eu também fiz-lhe uma pergunta e o senhor não me respondeu.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Já respondi, mas vou responder!

A Oradora: Ora, perguntei-lhe neste momento quantos beneficiários estariam ainda em falta com esta prestação social?

A Sra. Deputada Zuraida Soares fez-lhe uma data de perguntas o senhor também não respondeu, ou seja, isto remete-me para uma situação muito simples: o senhor já afirmou que o Governo está disponível para combater a pobreza nesta Casa quando for preciso. Esta é a segunda vez que debatemos nesta Casa o diploma relativamente ao abono de família.

A minha pergunta é: se o Governo está disponível, onde é que está a Secretária que tutela esta matéria?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Onde é que ela está? É a segunda vez que aqui estamos a debater este assunto, portanto seria mais pertinente vir a Sra. Secretária aqui responder às perguntas que o senhor não soube responder.

Obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Onde está o líder do PSD?

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

(Diálogo entre o PS e o PSD)

Sras. e Srs. Deputados...

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, quando se entenderem calar eu vou continuar com os trabalhos.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Sra. Deputada Mónica Seidi, o Governo está aqui, da mesma forma que a bancada do PSD está aí mesmo sem o seu líder parlamentar presente.

Portanto estamos todos aqui devidamente legitimados para fazer este debate e o Governo está aqui.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Só falta dizer que o Governo é o senhor!

O Orador: Eu já respondi às perguntas da sra. Deputada Zuraida Soares e vou responder outra vez.

(Diálogo entre o PS e o PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, eu vejo-me obrigada a ter que fazer um intervalo, porque não estão reunidas as condições para continuarmos os trabalhos.

Portanto, ou vamos para intervalo ou vão-se calar para que as pessoas possam falar.

O Sr. Secretário está de pé, no uso da palavra. Acho que temos todos que respeitar isso.

Sr. Secretário Regional pode continuar.

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Oh, Sra. Deputada, eu já respondi e vou voltar a fazê-lo.

Eu acho que a Sra. Deputada está a confundir abono de família com complemento açoriano ao abono de família, Eu acho que é disso que estamos a falar.

Eu disse três vezes na resposta anterior e vou dizer outra vez: o Governo dos Açores quando paga o complemento açoriano ao abono de família paga a todos! A todos, sem qualquer distinção sobre o local de trabalho ou o sistema em que trabalha os pais, no caso dessa família, ou função pública ou na privada.

Portanto, eu já respondi três vezes, esta foi a quarta e vou responder outra vez.

O Governo dos Açores quando paga o complemento açoriano ao abono de família, paga a todos, de igual forma!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não há Governo dos Açores! Isso é um mito!

O Orador: Eu acho é que a Sra. Deputada está a confundir abono de família com complemento açoriano ao abono de família e eu acho que é daí que decorre a sua confusão, até porque a Sra. Deputada invoca recibos e permita-me dizer-lhe: nenhum recibo poderá dizer que uns receberam e outros não receberam o complemento regional ao abono de família.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não é verdade! Não é verdade!

O Orador: Quanto à pergunta da Sra. Deputada Mónica Seidi, bom, esta medida abrange 38 mil crianças enquanto beneficiárias deste apoio.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Então estão em falta?

O Orador: Portanto, aquilo que lhe posso dizer é o número de beneficiários que é alcançado por este apoio.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Espero que esta seja de facto a última intervenção sobre esta matéria.

Deputado André Bradford (PS): Também eu espero que seja a última!

A Oradora: Eu também! E nós também!

Espero que esta seja a última intervenção porque penso que as posições de cada bancada estão mais do que clarificadas, mas volto a dizer-lhe pela quinta vez, Sr. Secretário Regional, não sei se pela sexta: o Governo Regional não paga o complemento ao abono de família da mesma maneira, com os mesmos critérios a todas as famílias que usufruem deste complemento,

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Paga! Paga!

A Oradora: ... por uma razão simples, é que há famílias que recebem este complemento todos os meses, há famílias que recebem este complemento todos os meses, e há famílias que recebem este complemento de seis em seis meses.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): A senhora está a confundir abono com complemento ao abono de família!

A Oradora: Não estou a confundir! Não! O Sr. Secretário Regional dá-lhe jeito...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Não dá jeito!

A Oradora: ... (eu faria a mesma coisa no seu lugar) armar agora uma confusão entre o que é o complemento e o abono para ficar tudo mais ou menos confundido, mas eu penso que nesta altura do debate não há ninguém, nem dentro, nem fora desta Casa que não tenha já percebido que o Governo está em falta, que o Governo não cumpriu para com uma quantidade significativa de famílias no pagamento do complemento ao abono de família e há outra coisa que perceberam, toda a gente percebeu, é que o Governo tem dois critérios: há os filhos e há os enteados e que no final do debate o Governo não consegue explicar porquê.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Mónica Seidi tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Muito rapidamente só para relembrar.

Aquilo que o senhor me disse foi o número de beneficiários, mas não me conseguiu dizer com quantos é que a prestação continua em falta.

Obrigada.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Respondi: 38 mil beneficiários!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(*Pausa*)

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 29 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e um voto a favor do PCP.

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares, pede a palavra para?

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Para uma declaração de voto.

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Zuraida Soares** (*BE*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O BE votou favoravelmente esta Resolução que recomenda ao Governo o pagamento e a regularização do complemento ao abono de família na nossa Região, que tem um atraso de um ano, porque o fez há dois meses atrás e o resultado foi zero.

Portanto tem a obrigação, sentiu a obrigação de voltar novamente a fazer a mesma recomendação.

O BE votou favoravelmente a sua iniciativa porque o BE não vota e desvota de acordo com aquilo que dá mais jeito.

E curiosamente o PS ao longo desta sessão fê-lo duas vezes: ontem e hoje.

O PS, em abril, votou favoravelmente a urgência na regularização. Hoje, vota contra si próprio, tal como ontem também tinha votado favoravelmente uma iniciativa, anteriormente e agora votou contra.

Deputado André Bradford (PS): Oh senhora! é sobre o seu sentido de voto!

A Oradora: A coerência do BE está patente no nosso sentido de voto e, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, para o mês que vem cá estaremos, com o mesmo Projeto de Resolução, com a alteração da data.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para uma interpelação à Mesa tem a palavra o Sr. Deputado André Bradford.

Deputado André Bradford (PS): Obrigado Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deputada Zuraída Soares (BE): O Sr. Deputado André Bradford não gosta das declarações de voto do BE!

O Orador: Isto que acabámos de assistir, e eu digo isto todos os plenários, nos últimos três plenários, particularmente em relação ao BE não é uma declaração de voto

A Sra. Deputada Zuraída Soares justificou nos primeiros 20 segundos, a razão de ser da proposta que apresentou e que foi votada agora há pouco e depois dedicou o resto da sua intervenção a criticar o sentido de voto do PS, hoje e ontem, sobre outro diploma.

Se isto chega a este ponto, então o que é uma declaração de voto?

Deputado Luís Garcia (PSD): E a sua interpelação? Essa é o quê?

O Orador: Portanto, tenho tido toda a calma, Sra. Presidente, em denunciar do nosso ponto de vista aquilo que não é no cumprimento do Regimento, mas estamos a chegar ao abuso total, em que já não interessa sequer o sentido de

voto próprio, interessa comentar a semana parlamentar através de uma declaração de voto...

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sras. e Drs. Deputados ...

O Orador: ... e isso para nós é inaceitável, Sra. Presidente.

Deputada Zuraida Soares (BE): Também quero uma interpelação!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o uso da palavra do Sr. Deputado André Bradford, enquadra-se perfeitamente na figura regimental da interpelação, que é questionar a Mesa por que é que deu a palavra, ou permitiu que a Sra. Deputada Zuraida Soares continuasse no uso da palavra numa declaração de voto, que no entender do PS, não é uma declaração de voto.

É-o para a Mesa e por isso é que mantivemos o uso da palavra, mas fica registada, Sr. Deputado André Bradford, a sua posição.

Para uma interpelação tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado André Bradford (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Proposta de Resolução que acabamos de apreciar e de votar é uma proposta do nosso ponto de vista injustificável.

Não é adequado, não é próprio da atividade parlamentar apreciar no período de dois meses uma proposta exatamente igual, quando a anterior foi aprovada.

Está em vigor este texto que aqui está, na íntegra, igual. É que este ainda poderia dizer que em função do outro que apresentámos há dois e que não teve seguimento, nós apresentamos este.

Deputada Zuraida Soares (BE): Para quê? Isso foi para poupar o Governo!

O Orador: Não! Este é exatamente igual a uma Resolução que entrou nesta Casa há dois meses, que foi debatida nesta Casa há dois meses e que foi votada por unanimidade há dois meses.

Deputada Zuraida Soares (BE): E não cumprida!

O Orador: Se acham que um Parlamento, serve para apreciar de mês a mês os mesmos textos que já estão aprovados e estão em vigor, então não percebo para que é que serve um Parlamento. Então não percebo que ideia é que os senhores têm do trabalho parlamentar! Então não sei o que é que os senhores acham que estamos aqui a fazer! É que isto está em vigor!

Deputada Zuraida Soares (BE): E para que serve o Governo? Não cumpre!

O Orador: Mais, depois do Partido Socialista ter, com a força do seu peso, específico dado pelos açorianos, inviabilizado a aprovação desta Resolução, sabem o que é que aconteceu? Esta Resolução está em vigor e, portanto, chega-se ao ponto, de nós termos chumbado um diploma que está em vigor! É este o entendimento que nós temos desta casa? É este o entendimento que nós temos do trabalho parlamentar? É isto que nós andamos a fazer aqui?

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas foram os senhores que chumbaram aqui! Não fomos nós, foi o partido Socialista!

O Orador: Admiram-se às vezes que o nosso trabalho não seja apreciado!
Fico-me por aqui.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

Pergunto se há mais inscrições para declaração de voto?

(Pausa)

Não havendo vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Sra. Deputada Zuraida Soares, pede a palavra para?

Deputada Zuraida Soares (BE): Para uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental.

Regressamos daqui a 15 minutos.

Eram 11 horas e 25 minutos.

Presidente: Agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 11 horas e 44 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto 13 da nossa Agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 38/XI – “Implementação da Portaria n.º 35/2017, de 23 de março que aprovou o processo automático de atribuição da tarifa social de fornecimento de energia elétrica na Região Autónoma dos Açores”.**

Este pedido de urgência foi requerido pelo Grupo Parlamentar do BE.

Para justificar a urgência, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Estamos cientes que ao solicitarmos o carácter de urgência e dispensa de exame em Comissão da vertente iniciativa, não estamos de forma alguma a vulgarizar

esta figura regimental, por três razões: porque a aplicação automática da tarifa social de eletricidade é uma medida que contribuirá para atenuar a pobreza extrema em que vivem 15 000 famílias nos Açores; porque é uma medida que estava contemplada e que se encontra em vigor na República, por via do Orçamento de Estado para 2016; porque existe regulamentação regional para possibilitar a sua aplicação na Região.

Portanto, reunidas estas três razões consideramos pois, que nada leva a discutir sequer ou a colocar em dúvida a pertinência e a justificação para que esta iniciativa venha a usufruir do carácter de urgência e dispensa de exame em Comissão.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Justificada que está a urgência pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Não havendo inscrições, vamos então passar à votação deste pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão apresentado foi rejeitado com 28 votos contra do PS, 13 votos a favor do PSD, 4 votos do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Chumbada que está a urgência, o Projeto de Resolução segue então agora a sua tramitação normal para a Comissão especializada.

Vamos então agora ler a proposta de deliberação final: “Proposta de deliberação final: a Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de junho”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de deliberação final, apresentada pela Mesa, foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 13 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo para uma declaração de voto.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Desde que aqui estou não foi possível realizar, uma única declaração política.

Não existe debate político, nem intervenção de ilha no nosso Plenário.

O debate político relativo às ilhas, quase totalmente acabado.

Já apresentei mais de 60 requerimentos de todas as ilhas dos Açores.

Presidente: Sr. Deputado João Paulo Corvelo, queria alertá-lo que o senhor votou contra o encerramento da sessão, agora neste momento.

Portanto, queria perguntar-lhe ...

O Orador: Estou a fazer uma declaração política e queria explicar-lhe porquê.

Presidente: Sim, mas a sua declaração de voto ...

O Orador: Declaração de voto e explicar porquê.

Presidente: Mas por que é que votou contra terminarmos os trabalhos agora.

O Orador: Vou explicar.

Presidente: Sim, mas os requerimentos nada têm a ver com ...

O Orador: Vou explicar, se me deixar explicar.

Presidente: Sr. Deputado João Paulo Corvelo, estou a alertá-lo que naturalmente os requerimentos não tem nada a ver com o trabalho parlamentar em plenário.

O Orador: Eu já termino.

Não posso concordar com o fim dos trabalhos, até porque tem em tramitação, um voto de 16 de maio, que protesta contra declarações proferidas pelo norte americano David Nunes.

No meu entender estas declarações foram ofensivas a todos os açorianos, por isso não posso concordar com o trabalho do Plenário porque existem outros documentos ...

Presidente: Sr. Deputado João Paulo Corvelo, está no seu direito de não concordar que terminemos os trabalhos agora, mas as referências que faz, por exemplo, ao PTAP, não fazem sentido nenhum porque o PTAP realizou-se na quarta feira, conforme foi deliberado pela Conferência de Líderes, onde o Sr. Deputado tem assento e concordou que o PTAP fosse só feito na quarta feira. Mas fica registada a sua declaração de voto, Sr. Deputado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, um bom dia a todos e um bom regresso a Casa.

Eram 11 horas e 50 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

João Paulo Ávila

José Manuel Gregório de Ávila

Manuel José da Silva Ramos

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Partido Social Democrata (PSD)

Jaime Luís Melo Vieira

Partido Popular (CDS/PP)

Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Partido Social Democrata (PSD)

Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas

Documentos entrados

1- Projetos de Lei:

Assunto: Fixa o regime de atribuição e os montantes dos acréscimos em suplementos e outras compensações que se fundamentem na prestação de trabalho em condições de risco, penosidade e insalubridade (6.ª alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho - Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas) – n.º 561/XIII/2.ª (PCP) – n.º 90/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 06 – 21

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2017 – 07 – 11;

Assunto: Regularização excecional da situação dos trabalhadores sem vínculo jurídico com funções permanentes nas autarquias locais – n.º 521/XIII/2.^a (PCP) – n.º 91/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 06 – 21

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2017 – 07 – 11.

2 – Propostas de Decreto Legislativo Regional

Assunto: [Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 15/2014/A, de 20 de agosto, que estabelece o Sistema de Fiscalização e Controlo do Abastecimento de Gasóleo à Agricultura e à Pesca na Região Autónoma dos Açores – n.º 8/XI](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 06 – 21

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2017 – 07 – 06.

3 - Projeto de Resolução:

Assunto: [Recomenda ao Governo Regional que proceda à regularização do pagamento do Complemento Açoriano ao Abono de Família para Crianças e Jovens – n.º 37/XI](#)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2017 – 06 – 21

Com pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão;

Assunto: [Implementação da Portaria n.º 35/2017, de 23 de março que aprovou o processo automático de atribuição da tarifa social de fornecimento de energia elétrica na Região Autónoma dos Açores – n.º 38/XI](#)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2017 – 06 – 21

Com pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão;

Assunto: [Alargamento dos benefícios do Programa «Berço de Emprego» – n.º 39/XI](#)

Proveniência: PS

Data de Entrada: 2017 – 06 – 21

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2017 – 07 – 24.

4 – Requerimentos:

Assunto: [Impossibilidade de transportar do Corvo para exterior, por via aérea, pescado de maiores dimensões](#)

Autores: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 06 – 19

Referência: 54.07.09 – N.º 257/XI;

Assunto: [Valor pago ao médico dentista que prestou serviço na USICorvo](#)

Autores: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 06 – 19

Referência: 54.07.09 – N.º 258/XI;

Assunto: [Funcionamento regular de um serviço de medicina dentária na ilha do Corvo](#)

Autores: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 06 – 19

Referência: 54.07.09 – N.º 259/XI.

Assunto: [Programa de controlo do vírus da Diarreia Viral Bovina](#)

Autores: Bruno Belo e António Almeida (PSD)

Data de Entrada: 2017 – 06 – 20

Referência: 54.03.00 – N.º 260/XI.

5 – Resposta a Requerimentos:

Assunto: [Operação da Air Berlin para a ilha Terceira](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 06 – 21

Referência: 54.01.03 – N.º 184/XI;

Assunto: [Transporte para fisioterapia da Unidade de Saúde da ilha das Flores \(USIF\)](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 06 – 19

Referência: 54.04.08 – N.º 209/XI;

Assunto: [Locomotivas da Doca de Ponta Delgada devem voltar a circular](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 06 – 20

Referência: 54.07.02 – N.º 178/XI;

Assunto: Solicitação de cópia do Estudo que evidencia as vantagens competitivas de uma estratégia comercial que associa a produção em pastagem de carne de bovino na Graciosa, Flores e Corvo com a Classificação de Reserva da Biosfera atribuída pela UNESCO a estas ilhas

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 06 –20

Referência: 54.07.00 – N.º 208/XI;

Assunto: Requalificação e manutenção na Estada Regional 1-2.º - Acesso ao Porto Novo – Caminho de Baixo, Calheta

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 06 –20

Referência: 54.01.05 – N.º 224/XI;

Assunto: Proliferação do número de atestados e baixas médicas nas Unidades Orgânicas do Sistema Educativo Regional

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 06 –20

Referência: 54.07.00 – N.º 230/XI;

Assunto: Transporte escolar das crianças da Fajã Grande, na ilha das Flores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 06 –20

Referência: 54.04.08 – N.º 236/XI.

6 – Comunicações/Informações:

Assunto: Carta com ref.^a 05/2017 reportando exigência dos CTT de Cópia de Cartão de Cidadão para que seja ressarcido dos diferenciais nas passagens aéreas

Proveniência: Luís Furtado Figueiredo

Data de Entrada: 2017 – 06 – 20;

Assunto: Ofício a solicitar a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo Regional, n.º 12/XI – “Aprova o Programa Gerações”

Proveniência: Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Duarte Freitas

Data de Entrada: 2017 – 06 – 20;

Assunto: Remessa de relatório aprovado – Relatório n.º 07/2017-FS/SRATC (Ação n.º 14-236FS2) – Auditoria ao recurso ao crédito pelas freguesias da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: O Subdiretor-Geral do Tribunal de Contas, Secção Regional dos Açores, Fernando Flôr de Lima

Data de Entrada: 2017 – 06 – 21.

7 - Relatórios:

Assunto: [Proposta de Resolução n.º 3/XI – 1.º Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2017](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 06 – 21;

Assunto: [Ante-Período Legislativo de junho de 2017 – A que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2017 – 06 – 21;

Assunto: [Ante-Período Legislativo de junho de 2017 – A que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2017 – 06 – 21.

P'la Redatora, *Noélia Escobar*